

## **A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA\***

**Neidiana Braga da Silva Souza**

*neidianabraga@gmail.com*

**Fernando Augusto Starepravo**

*fernando.starepravo@hotmail.com*

**Juliano de Souza**

*julianoedf@yahoo.com.br*

**Universidade Estadual de Maringá (UEM)**

### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo analisar a configuração da política pública de esporte no Brasil durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa, no qual procurou-se realizar uma análise documental do ordenamento legal e do aparato institucional do setor. A discussão se deu sob a ótica da Teoria da Modernização Reflexiva. Constatou-se indícios de reflexividade institucional e influências cosmopolitas no período investigado.

### **PALAVRAS-CHAVE**

*política pública; esporte; Ditadura Militar*

## **INTRODUÇÃO**

A intervenção do Estado brasileiro no setor esportivo emergiu a partir da década de 1940, na qual o poder público por meio de dispositivos legais passou a controlar e reconhecer as práticas esportivas no país. Todavia, a prioridade girava em torno do alto rendimento, organização de eventos e preparação de atletas para representação da nação (MEZZADRI, 2000, p. 03). A perspectiva continuísta dada a política pública esportiva naquela época segundo Linhares (1996, p. 124) se apresenta como resultado de dois fatores: um de ordem estrutural, reflexo dos poderes dirigidos as entidades esportivas com ênfase no setor futebolístico e outro de ordem política, justificando-se pela necessidade de captação de votos para as eleições e culminando no clientelismo de grupos seletos. Nesse sentido, a autora aborda a materialização da política esportiva com o enfoque na estrutura, desconsiderando assim, a margem de ação dos indivíduos, os interesses em jogo e outras influências externas.

\* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Assim, por meio das articulações políticas realizadas no final dos anos 40, o país sediou a Copa do Mundo de Futebol em 1950. Esse evento tornou-se o grande projeto nacional esportivo do período e apesar da Seleção Brasileira não ter sido campeã, o país obteve prestígio internacional pela organização da Copa (SARMENTO, 2006, p. 94). Apesar da regularidade estrutural da política pública de esporte no referido período, a inserção de Alfredo Colombo na Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde estabelece novos caminhos para o setor esportivo.

Melo (1996, p. 27) revela que as primeiras manifestações esportivas comunitárias implementadas pelo Estado surgiram nesse período por meio do projeto “Ruas de Recreio” no Rio de Janeiro. Entretanto, é possível verificar que o autor superestima a ação estatal frente ao desenvolvimento da política em questão. Neste sentido, Souza, Silva e Souza (2018, p. 511) apontam que as ações da sociedade civil em conjunto com as ações institucionais possibilitaram a reestruturação do esporte comunitário no país.

No governo do presidente João Goulart foi criado o Decreto nº 53.741 para implementar um plano diretor com vistas ao desenvolvimento da Educação Física e Desportos. Tal plano enfatizava o desenvolvimento de atividades “físico-recreativas-desportivas” no âmbito educacional e comunitário como válvula propulsora para a qualificação do alto rendimento (BRASIL, 1964). Bueno (2008) afirma que o referido documento reiterou o dever estatal para com o setor esportivo, além de reconhecer os inúmeros problemas que assolavam o esporte na época, tais como infraestrutura incipiente, ações frágeis por parte do Estado etc.

Nesta perspectiva, observa-se que a relação entre os agentes e as estruturas correlatas a política pública de esporte no Brasil tornam-se um excelente campo de investigação. Para Bueno (2008, p. 3), o suporte estatal “se configura em rico objeto de análise de políticas públicas, podendo ser abordado sob variadas perspectivas”. Contudo, percebe-se que o quadro teórico relacionado a temática em questão aborda o assunto de maneira fragmentada, em alguns momentos priorizando o agente em detrimento da estrutura e em outros vice-versa, desconsiderando assim, a dinamicidade que permeia todo o processo que compõe as políticas, onde os interesses, valores, necessidades e disputas de poder são difusos (SANTOS, 2014, p. 253).

Por hora, diante das variações e regularidades presentes na história da política pública de esporte no Brasil identifica-se uma lacuna de estudos que considere as influências políticas, estruturais, cosmopolitas e reflexivas no que se refere ao período da ditadura militar.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho foi analisar a configuração da política pública de esporte no Brasil durante o período da ditadura militar (1964-1985).

## ENCAMINHAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

No que concerne ao instrumental metodológico, o presente estudo configura-se como exploratório e de natureza qualitativa. A coleta e organização dos dados foi realizada a partir da análise documental de acordo com as categorias elencadas na pesquisa, a saber: ordenamento legal (legislação voltada para o setor) e aparato institucional (ato administrativo). Desse modo, foi realizada uma consulta ao Portal da Câmara de Deputados do Brasil e do Portal Domínio Público e, conseqüentemente, selecionados os seguintes documentos: Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969; Decreto nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970; Diagnóstico da Educação Física/Desportos 1971; Decreto nº 68.703, de 3 de junho de 1971; Lei nº 6.251, de 8 de novembro de 1975. Em relação a discussão dos dados utilizou-se os pressupostos teóricos delineados por Ulrich Beck e Anthony Giddens na teoria da modernização reflexiva (TMR). Nessa esteira, elencou-se os conceitos de reflexividade institucional e cosmopolitismo, ambos referentes a mudanças estruturais que impactaram o ordenamento da sociedade pós-tradicional e importantes ao tema perscrutado na pesquisa porque consideram a dinamicidade presente nos processos, não se limitando apenas ao viés economicista.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados preliminares apontam contradições entre o posicionamento ideológico e as ações políticas desenvolvidas no setor esportivo no período analisado. Apesar do Brasil está em regime militar alinhado a perspectiva patriota e nacionalista em diversas esferas e manifestações sociais (OLIVEIRA, 2012, p. 157), o



governo sofreu influência de outras nações durante o processo de desenvolvimento do esporte no país. Neste sentido, Vincenzo (2006) aponta que a Loteria Esportiva brasileira se apresenta como reflexo do modelo "Totocalcio"<sup>2</sup> da Itália. Para Giddens, nos anos 60 emergiu uma nova forma de política, sinalizando que "[...] já havia rachaduras aparecendo na sociedade americana naquele momento, como no mundo todo" (DOMINGUES, HERZ e REZENDE, 1995, p. 292).

Nesta lógica, no ano de 1969 foi aprovado o Decreto-lei nº 594 que instituiu a loteria esportiva em todo território nacional. No entanto, apenas em 1970 estabeleceu-se normas para a loteria por meio do Decreto de Lei nº 66.118, especificando assim, o direcionamento de 40% da renda líquida para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), 30% ao Conselho Nacional de Desportos e 30% para o Ministério da Educação e Cultura. Ferreira (2012, p. 02) aponta que a Loteria potencializou "o maciço patrocínio do poder público aos clubes de futebol". Barbosa (2018, p. 10) relata que apesar do termo esportivo remeter a diversas modalidades, "o modelo brasileiro restringiu a loteria esportiva eminentemente às apostas em campeonatos da modalidade esportiva "futebol"". Sendo assim, acredita-se que esse fato seja consequência de uma potencial influência da política esportiva italiana no contexto brasileiro, evidenciando a presença de uma dinâmica de cosmopolitização.

Em adição, pode-se verificar que o Decreto nº 68.703, de 3 de junho de 1971 estipulou critérios de acesso aos recursos da Loteria esportiva, ampliando sua margem de ação, desde a projetos no âmbito de atividades esportivas, infraestrutura até a formação técnica profissional para o setor. Além disso, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e Ministério da Educação e Cultura produziu um Diagnóstico da Educação Física/Desportos coordenado pelo Professor Lamartine Pereira da Costa. Para Tubino (1996, p. 49), tal ação é fruto da influência do modelo francês, permitindo a distinção entre os aspectos técnicos, administrativos e políticos dos critérios orientadores das ações de curto, médio e longo prazo. Nascimento (2018, p. 02), afirma que o diagnóstico serviu enquanto pilar para a sistematização e desenvolvimento do setor nos anos seguintes.

Outro dado importante foi a Lei nº 6.251/1975 que discorreu sobre a organização esportiva do país. Tal normativa almejava transformar a concepção global do esporte enquanto solução para todos os problemas no país, passando a valorizá-lo como uma atividade social crucial manifestada de diversas formas pelos indivíduos (BRASIL, 1975, p. 53). De acordo com Tubino (1996, p. 52), apesar da reorganização do esporte no Brasil sofrer influências europeias, a falta de conhecimento sobre a concepção esportiva do contexto europeu provocou um distanciamento dos conceitos assumidos no país. Supõe-se que tal dissonância seja sinal de uma reflexividade institucional e não de desconhecimento, haja vista que os objetivos almejados pelo governo no período de certa forma se encontravam contemplados. É válido sinalizar, que nem sempre a reflexividade vai ocasionar mudanças, sendo assim, a falta de aderência também significa reflexividade.

A Lei nº 6.251 de 8 de novembro de 1975 subsidiou o planejamento governamental para o setor, direcionando para a construção de uma Política Nacional e de um Plano Nacional para a Educação Física e Esporte com vistas a ampliação e fortalecimento da prática esportiva. Sendo assim, o documento aponta a descentralização e corresponsabilidades enquanto caminho para a expansão esportiva eficaz. Pelo contexto de um regime autoritário essa premissa pode ser destoante, entretanto, encontra-se concatenada com a autonomia e descentralização presente desde as raízes do fenômeno esportivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os dados ora apresentados sinalizam indícios de reflexividade institucional da política pública de esporte implementada no período da ditadura militar. Além disso, verificou-se um processo de cosmopolitismo no que se refere a formulação da política analisada. Contudo, torna-se necessário a realização de novos estudos sobre a temática em questão no intuito de ampliar o conhecimento sobre o objeto de estudo.



<sup>2</sup> "Note-se que a expressão "calcio" que acompanha o nome da loteria italiana, que serviu de parâmetro para o modelo brasileiro restringia igualmente a loteria ao futebol, que é a tradução da referida expressão italiana" (BARBOSA, 2018, p. 10).



## THE PUBLIC POLICY OF SPORTS IN THE PERIOD OF THE MILITARY DICTATORSHIP: AN ANALYSIS BASED ON THE REFLECTIVE MODERNIZATION THEORY

### ABSTRACT

The present work had as objective to analyze the configuration of public sports policy in Brazil during the period of the Military Dictatorship (1964-1985). It is an exploratory study of a qualitative nature, in which a documentary analysis of the legal order and the institutional apparatus of the sector was sought. The discussion took place from the perspective of Theory of Reflective Modernization. There were evidences of institutional reflexivity and cosmopolitan influences in the period investigated.

**KEYWORDS:** *public policy; sport; Military Dictatorship.*

## LA POLÍTICA PÚBLICA DE DEPORTE EN EL PERÍODO DE LA DITADURA MILITAR: UN ANÁLISIS CON BASE EN LA TEORÍA DE LA MODERNIZACIÓN REFLEXIVA

### RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo analizar la configuración de la política pública de deporte en Brasil durante el período de la Dictadura Militar (1964-1985). Se trata de un estudio exploratorio de naturaleza cualitativa, en el cual se buscó realizar un análisis documental del ordenamiento legal y del aparato institucional del sector. La discusión se dio bajo la óptica de la Teoría de la Modernización Reflexiva. Se constató indicios de reflexividad institucional e influencias cosmopolitas en el período investigado.

**PALABRAS CLAVES:** *política pública; deporte; Dictadura Militar.*

### REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. F. M. *Loteria esportiva no Brasil: questões presentes e proposições futuras*. 2º prêmio SEFEL de Loterias. 2018.
- BRASIL. *Decreto nº 66.118/70*. Brasília, DF. 1970.
- BRASIL. *Lei nº 6.251 de 8 de novembro de 1975*. Brasília, DF. 1975.
- BUENO, L. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. Tese (Doutorado) - FGV, Escola de Adm. de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DOMINGUES, J.; HERZ, M. e REZENDE, C. Entrevista com Anthony Giddens. *Estudos Históricos*, RJ, voa. 8, nº 16, 1995.
- LINHALES, M. A. *A trajetória política do Esporte no Brasil: Interesses Envolvidos, Setores Excluídos*. Dissertação de Mestrado – EEEFTO, UFMG. 1996.
- MEZZADRI, F. M. *A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais*. Campinas. Tese Doutorado – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2000.
- OLIVEIRA, M. T. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. *Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 04, p. 155-174, out/dez de 2012.
- SANTOS, E. S. Para Pensar a Avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. *Licere*, BH, v.17, n.3, set/2014.
- SARMENTO, C. E. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. FGV – CPDOC. 2006.
- TUBINO, M. J. G. *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: IBRASA, 1996.
- VINCENZO, J. E. *Loteria Esportiva: Uma Paixão de Muitos*. Brasília: LGE editora, 2006.

